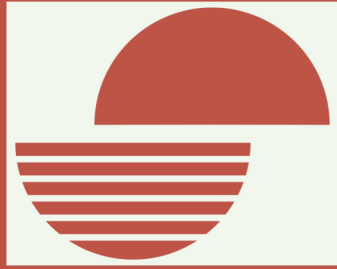


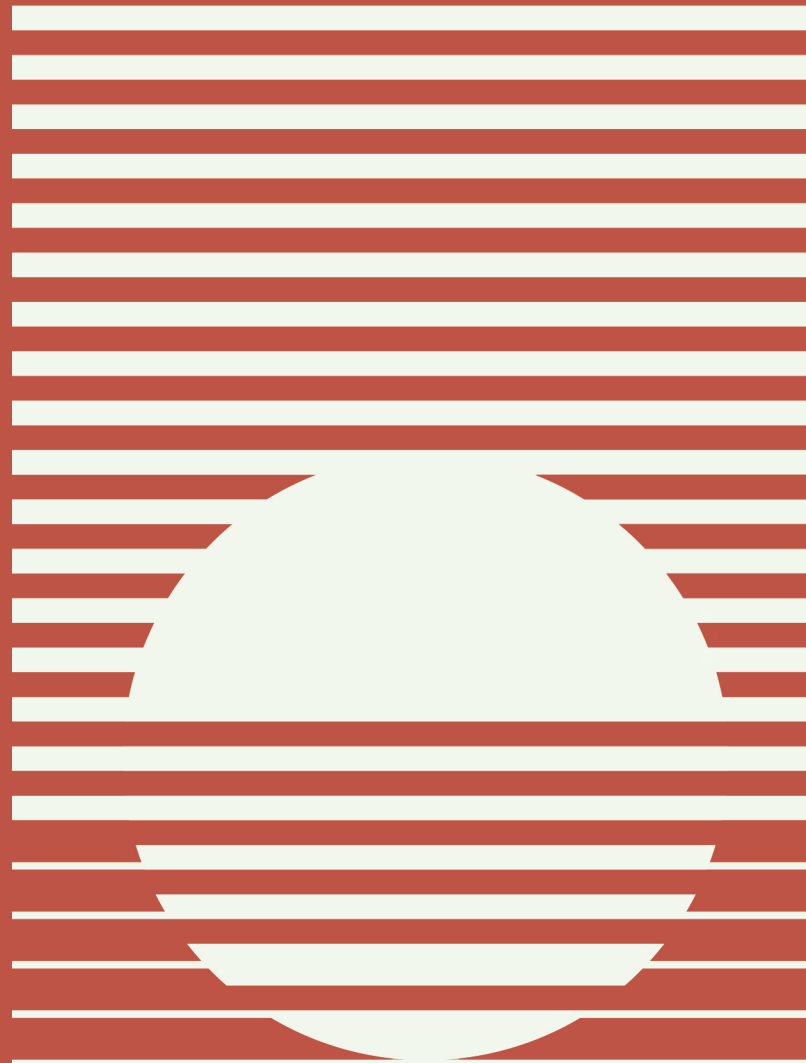
ISSN 2526-5822

CONJUNTURA



LATITUDE
SUL

01-02
2018



CONJUNTURA LATITUDE SUL

ISSN 2526-5822

O Conjuntura Latitude Sul é uma publicação mensal voltada ao acompanhamento das notícias relacionadas aos temas de pesquisa dos grupos que integram a plataforma LATITUDE SUL (GRISUL, LABMUNDO, NEAAPE, OPSA).

A publicação é destinada ao monitoramento dos seguintes temas: América do Sul: política externa e política doméstica; Política externa brasileira; Internacionalização das políticas públicas; Direitos Humanos; Gênero e relações internacionais; Migrações; Cooperação internacional para o desenvolvimento e cooperação sul-sul; Política externa em perspectiva comparada (em particular, África do Sul, China, Índia, México e Turquia); Meio ambiente e desenvolvimento sustentável na agenda internacional.

A publicação é vinculada ao Programa de Pós-Graduação do Instituto de Estudos Sociais e Políticos da UERJ (IESP/UERJ) e ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da UNIRIO.

Corpo Editorial

Editora Executiva: Bruna Soares de Aguiar

Editor Adjunto: Hugo Bras Martins da Costa

Diagramação: Murilo Gomes da Costa

Conselho Editorial: Carlos R. S. Milani, Enara Echart Muñoz, Leticia Pinheiro, Maria Regina Soares de Lima, Rubens de S. Duarte.

Editoria de Redação: André Pimentel Ferreira Leão, Andrés Londoño Niño, Bruna Soares de Aguiar, Diogo Ives de Quadro, Eduarda Lattanzi Menezes, Fernanda Cristina Nanci Izidro Gonçalves, Hugo Bras Martins da Costa, Juliana Pinto Lemos da Silva, Leandro Wolpert dos Santos, Leonardo Albarello Weber, Leonildes Nazar Chaves, Livia Liria Avelhan, Luã Braga de Oliveira, Marianna Restum Antonio de Albuquerque, Marília Closs, Murilo Gomes da Costa, Natalia Pasetti, Nicolle Garcia Berti, Niury Novacek Gonçalves de Faria.

O Latitude Sul está localizado no Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP-UERJ).

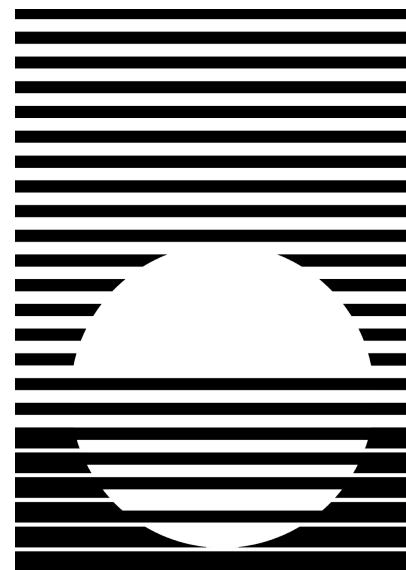
Rua da Matriz 82, Botafogo

Rio de Janeiro, RJ

CEP: 22260-100 – Brasil / Tel: +55 (21) 2266-8300

LATITUDE SUL

latsul.org



SUMÁRIO

Página 04

Aprovação da Intervenção Federal no Rio de Janeiro suspende votação da reforma da Previdência
Proposta de intervenção militar na Venezuela é rechaçada pelo governo brasileiro
Antecipação das eleições na Venezuela gera reações dentro e fora do país

Página 05

Participação de atores variados em temas de política externa
A política externa chilena ao fim do governo de Michelle Bachelet
Banco Mundial manipula dados e prejudica governo Bachelet

Página 06

Retrocesso nas negociações de paz do governo colombiano com o ELN
Rafael Correa deixa a Alianza País e funda novo partido

Página 07

Tensão diplomática entre Argentina e Bolívia na área da saúde
Tensões nas fronteiras no norte da América do Sul

Página 08

Naturalização de Assange causa impasse entre Equador e Reino Unido
Jacob Zuma renuncia à presidência da África do Sul

Página 09

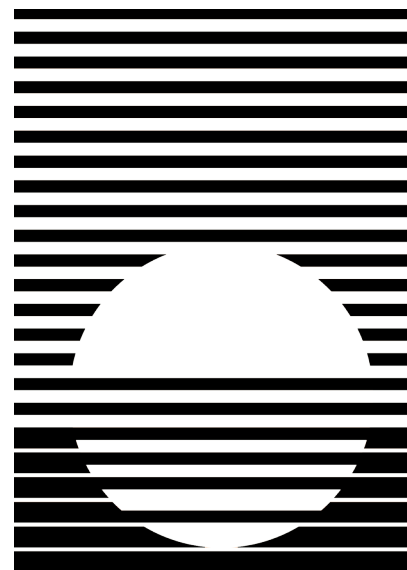
Novos acordos na agenda de Meio Ambiente
Chile sedia o IV Fórum Global de Empresas pela Igualdade de Gênero
Política de presença e de ideias: mulheres acreditam poder fazer a diferença para os grupos minoritários

Página 10

Gestão internacional da migração

Página 11

Israel expulsa migrantes africanos
Violações e avanços na causa LGBTconsagração de direitos de mulheres e LGBT



Aprovação da Intervenção Federal no Rio de Janeiro suspende votação da reforma da Previdência

Em 20 de fevereiro, por 340 votos a favor, 72 contra e uma abstenção, a Câmara dos Deputados aprovou decreto de intervenção federal assinado por Michel Temer em 16 de fevereiro, instituindo a medida para o Estado do Rio de Janeiro. O Senado também apoiou a decisão, com 55 votos favoráveis, 13 contrários e uma abstenção. É a primeira vez que a intervenção, prevista como poder excepcional pela Constituição de 1988, é aplicada a um ente federativo no Brasil. De acordo com a Constituição, a segurança pública do Rio de Janeiro sai da esfera estadual e passa para o controle federal, sob a responsabilidade de um interventor nomeado para este fim. O decreto aprovado instituiu tal o período da intervenção até 31 de dezembro de 2018 e nomeou para o cargo de interventor o General do Exército Walter Braga Netto, líder do Comando Militar do Leste. A intervenção diferencia-se das operações de Garantia de Lei e Ordem (GLO) aplicadas no Estado, sobretudo durante os megaeventos, pois nestes casos o comando da segurança pública continuava com o Secretário de Segurança Pública do Estado. Pelo decreto, a intervenção é setorial e direcionada para a segurança pública, de forma que o governador Luiz Fernando Pezão continua a ser o chefe do Executivo estadual. A Constituição também estabelece que, em vigência de intervenção federal, estado de sítio ou estado de emergência, o Poder Constituinte Reformador fica suspenso, e Emendas à Constituição não podem ser aprovadas. Devido a isso, o Projeto de Emenda Constitucional sobre a reforma da Previdência Social, em tramitação no Congresso Nacional, não pode ser votado enquanto a intervenção estiver vigente. Entretanto, Michel Temer afirmou que irá suspender a intervenção e decretar GLO quando a reforma estiver pronta para ser aprovada, argumento defendido também pelo então Ministro da Defesa, Raul Jungmann, que deixou o cargo para assumir o recém-criado Ministério da Segurança Pública. O Ministério da Defesa passou a ser ocupado, interinamente, pelo segundo na hierarquia de comando, o general do Exército Joaquim Silva e Luna. É a primeira vez que um militar ocupa a chefia da pasta, que tradicionalmente tem sido ocupada por um civil como responsável pelas Forças Armadas.

Fontes: [Uol](#), 16/02/2018; [El País](#), 17/02/2018; [El País](#), 19/02/2018; [Folha de S. Paulo](#), 20/02/2018; [BBC Brasil](#), 21/02/2018; [Uol](#), 26/02/2018.

Proposta de intervenção militar na Venezuela é rechaçada pelo governo brasileiro

Em artigo publicado no início do mês de janeiro, Ricardo Hausmann, da organização Project Syndicate – ONG do setor de mídia, com sede em Praga – afirmou que uma intervenção militar estrangeira na Venezuela talvez fosse o único meio de, em suas palavras, “por fim à penúria causada pelo homem que ameaça a vida de milhões de Venezuelanos”, em referência a Nicolás Maduro. Hausmann compara uma eventual intervenção militar internacional no país com a intervenção das potências Aliadas para a libertação da Europa do nazi-fascismo, em fins da Segunda Guerra Mundial. O artigo de Hausmann repercutiu na mídia internacional, recebendo críticas de intelectuais e jornalistas. O governo brasileiro, através do Ministro Aloysio Nunes, afirmou que trata-se “pura e simplesmente [de] um delírio” a ideia de uma intervenção militar no país vizinho, garantindo que, ainda que a remota hipótese viesse a se concretizar, o governo brasileiro não participaria com o envio de tropas.

Fontes: [Folha de S. Paulo](#), 03/01/2018; [Valor](#), 04/01/2018; [Folha de S. Paulo](#), 04/01/2018; [Estadão](#), 02/02/2018.

Antecipação das eleições na Venezuela gera reações dentro e fora do país

No dia 23 de janeiro, a Assembleia Nacional Constituinte aprovou decreto antecipando as eleições presidenciais para 22 de abril, previstas anteriormente para ocorrerem em dezembro de 2018. A Mesa de Unidade Democrática (MUD), coalizão de vários partidos da oposição, foi proibida de apresentar candidato único no pleito, aprofundando as divisões internas da oposição. Até o momento, os maiores partidos de oposição têm declarado que não participarão do processo, como forma de protesto e boicote. A oposição pedia que as eleições fossem realizadas no segundo semestre de 2018 e que o Conselho Nacional Eleitoral fosse renovado, dentre uma série de outras reivindicações, não aceitas pelo governo. Contudo, partidos minoritários e dissidentes da MUD, que lançarão candidatos a presidente, negociaram uma nova data para a eleição, agora remarcada para o dia 20 de maio. Foi negativa a reação regional às mudanças de data das eleições. Países que compõem o Grupo de Lima, conjunto de nações criado em 2017 para debater a situação na Venezuela, criticaram a decisão e afirmaram que a crise

venezuelana será pauta de discussão na VIII Cúpula das Américas, que ocorrerá nos dias 13 e 14 de abril. O governo peruano, que sediará a Cúpula, declarou que a Venezuela não será bem vinda ao evento e enviou uma carta a Nicolás Maduro no dia 16 de fevereiro retirando convite anterior. A Organização dos Estados Americanos, por sua vez, aprovou uma resolução pedindo a “restauração da ordem democrática” no país, o adiamento das eleições e a aceitação de ajuda humanitária internacional.

Fontes: [El Comercio](#), 16/02/2018; [El Nacional](#), 16/02/2018; [El Universal](#), 21/02/2018; [El Nacional](#), 23/02/2018; [El País](#), 02/03/2018.

Participação de atores variados em temas de política externa

Entre janeiro e fevereiro de 2018, repercutiram nas mídias boliviana e chilena notícias sobre a participação de diversos atores em alguns temas relacionados à política externa. Em janeiro, o ex-presidente boliviano, Jorge Quiroga, fez declarações críticas à decisão judicial boliviana, de novembro de 2017, que possibilita a reeleição ilimitada de Evo Morales. Quiroga enfatizou que países, instâncias e organismos internacionais, especialmente a Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (CIDH – OEA), farão consultas sobre a decisão. Em fevereiro, o senador boliviano Óscar Ortiz informou que o grupo político Demócratas apresentou uma ação cautelar na CIDH-OEA para questionar a possibilidade de nova candidatura de Evo, com base no argumento de desrespeito ao resultado do referendo nacional realizado em 2016, no qual a maioria da população votou “não” à possibilidade de reeleição ilimitada. Ainda na Bolívia, também houve destaque para a convocação, feita por Morales, a ex-chanceleres bolivianos para que participassem da fase de sustentação oral do julgamento na Corte Internacional de Justiça sobre a demanda deste país de acesso ao Pacífico. Em fevereiro, Morales também convidou ex-presidentes – entre eles, Carlos Mesa – a comporem a delegação boliviana para acompanhar a equipe jurídica na fase inicial destas audiências. No Chile, houve destaque na mídia para manifestações de diferentes atores sobre declarações de crítica à situação política da Venezuela dadas pelo chanceler Heraldo Muñoz. O Partido Comunista, alguns deputados e o prefeito de uma cidade chilena questionaram a posição do chanceler. Além disso, os partidos Igualdad e Partido Liberal protagonizaram uma troca de declarações – e posicionamentos – sobre a crise

venezuelana.

Fontes: [La Razón](#), 17/01/2018; [La Razón](#), 18/01/2018; [El Deber](#), 19/02/2018; [El Mercurio](#), 19/02/2018; [El Mercurio](#), 20/02/2018; [El Deber](#), 26/02/2018.

A política externa chilena ao fim do governo de Michelle Bachelet

Com o fim do mandato de Michelle Bachelet, que entregará a presidência do Chile a Sebastián Piñera em 11 de março de 2018, a imprensa desse país destacou alguns dos avanços e desafios da política externa do país. Em quatro anos a presidente visitou 40 países, sendo 20 do continente americano, 11 da Europa, quatro da África e cinco da Ásia. Estados Unidos foi o país que a mandatária visitou mais vezes, seguido da Argentina, Equador e Peru. A última viagem presidencial foi ao Japão, país com o qual se destacam vários avanços na relação bilateral, sublinhando-se a liderança dos dois países no que tange ao desarmamento nuclear e a renegociação do Acordo Transpacífico de Cooperação Económica, cuja continuidade está sendo impulsionada por estes dois países após a negativa de ratificação por parte do presidente Donald Trump. Um tema que registrou menos avanço, entretanto foi a lei migratória. Embora tenha sido uma das promessas de governo, esta iniciativa não prosperou por causa de críticas de organizações de migrantes ao projeto de lei, dado que a versão final não contou com a participação da sociedade civil. A imprensa destacou além disso que o governo de Bachelet tem apontado para a necessidade de continuidade em matéria de política externa. Assim, o chanceler Heraldo Muñoz, que fez uma carta pública sublinhando os avanços do governo e a necessidade de continuar com estratégias atuais da projeção internacional do Chile, convidou o novo chanceler designado por Piñera, Roberto Ampuero, para viajar à Haia a fim de se unirem contra a demanda marítima da Bolívia. Do mesmo modo, o presidente eleito tem se reunido com Muñoz para definir as estratégias da defesa chilena neste processo quando o tema for discutido em Haia no final de março de 2018.

Fontes: [La Tercera](#), 24/01/2018; [Emol](#), 20/02/2018; [El Mercurio](#), 20/02/2018; [Emol](#), 23/02/2018.

Banco Mundial manipula dados e prejudica governo Bachelet

Em janeiro e fevereiro de 2018, houve grande repercussão na mídia chilena e internacional acerca da manipulação de dados estatísticos do Banco Mundial, que teriam prejudicado principalmente o Chile. Segundo informou o economista chefe do Banco Mundial, Paul Romer, houve medições

“injustas e enganosas”, realizadas pela instituição nos últimos anos. Segundo esta fonte, a manipulação foi “potencialmente contaminada pelas motivações políticas do pessoal do Banco Mundial”. Dentre os dados manipulados, destacou-se o ranking de competitividade empresarial. De 2015 para 2016, segundo os dados manipulados, o Chile teria caído da 33ª para a 120ª posição neste ranking. Outros dados manipulados, publicados no ano passado pelo Banco Mundial, apontavam um crescimento da pobreza no Chile. Estas informações, relativas às taxas de pobreza da população chilena, manipuladas pelo Banco, foram utilizadas por Piñera – candidato vitorioso das últimas eleições chilenas – na última campanha eleitoral, em que apontava um crescimento da pobreza no Chile. Como resposta oficial do Chile, o ministro da Economia do país, Jorge Rodríguez Grossi, afirmou que o caso constitui uma “imoralidade poucas vezes vista”. Ele considerou também que as declarações de Romer foram “muito francas e honradas”, mas avaliou que elas revelam um “escândalo de grandes proporções”. Classificou ainda que “o objetivo era mostrar uma deterioração econômica durante o governo de Bachelet, com intenções basicamente políticas”. Outro agravante para o escândalo é que o ranking principal, em que o Chile teve maior queda, foi elaborado pelo economista Augusto López-Claro, que é chileno e teria sido responsável pelas alterações, o que reforçaria a possibilidade de uma intenção política, por trás da manipulação de dados, divulgados pela instituição.

Fontes: [Deutsche Welle](#), 14/01/2018; [O Globo](#), 16/01/2018; [Nexo Jornal](#), 16/01/2018;

Retrocesso nas negociações de paz do governo colombiano com o ELN

As negociações entre o Exército de Libertação Nacional (ELN) e o governo colombiano foram suspensas após o término do período de cessar fogo estabelecido entre as partes em outubro de 2017. No dia 10 de janeiro, horas após o término do cessar fogo bilateral, foram registrados quatro atentados do ELN em diferentes regiões do país, que além de terem resultado na morte de um soldado colombiano, causaram danos materiais e ambientais. As ações criminais foram registradas em Casanare, Boyacá e Arauca, onde houve atentados contra a infraestrutura petrolífera e a explosão de poços de petróleo. Também foram realizados atentados a militares colombianos em zona fronteira com a Venezuela, em região utilizada como esconderijo por um dos chefes do ELN, conhecido como Pablito.

Embora se esperasse a renovação do cessar fogo entre as partes e o início do quinto ciclo de negociações, as ações da guerrilha apontaram para um movimento contrário, de recrudescimento da violência ao invés de busca pela paz. Rodrigo Londoño, candidato à Presidência da República pela Força Alternativa Revolucionária do Comum (Farc), pediu que o governo e o ELN continuassem os esforços em busca da paz. O secretário-geral da Organização das Nações Unidas (ONU), António Guterres, também solicitou o fim das ações armadas e a retomada de um diálogo sério e construtivo entre as partes. No dia 20 de janeiro, o ELN manifestou sua disposição para retomar os diálogos com o governo. Por sua parte, o governo colombiano enviou Gustavo Bell, chefe negociador, ao Equador para tratar da retomada das negociações. Contudo, após três dias de discussões as partes não chegaram a um acordo. No final do mês de janeiro, o ELN realizou novos ataques, contra a polícia em Barranquilla e Soledad, deixando oito policiais mortos. Também ocorreu um atentado contra membros do partido político Farc, levando o governo de Juan Manuel Santos a suspender as negociações. Em fevereiro, houve nova tentativa de diálogo, porém sem sucesso. Novos atentados do ELN contribuíram para bloquear as negociações, resultando na morte de cinco policiais em Tibu, Norte de Santander. Ao longo do mês de fevereiro, a Igreja Católica e um grupo de 46 intelectuais colombianos pediram que a guerrilha aproveitasse a oportunidade para deixar suas armas e se comprometesse com a paz. Apesar dos diálogos estarem suspensos, o ELN anunciou um cessar fogo unilateral de quatro dias durante as eleições parlamentares de março como sinal de respeito aos cidadãos colombianos que vão às urnas. O presidente Santos manifestou publicamente sua dúvida sobre como proceder nas negociações: romper ou não com o ELN? Até o momento o que se pode perceber é o retrocesso nos esforços de negociação.

Fontes: [Semana](#), 10/01/2018; [El Tiempo](#), 11/01/2018; [El Tiempo](#), 13/01/2018; [El Tiempo](#), 15/01/2018; [Semana](#), 21/01/2018; [El Tiempo](#), 31/01/2018; [El Espectador](#), 06/02/2018; [El Tiempo](#), 26/02/2018; [El Tiempo](#), 28/02/2018.

Rafael Correa deixa a Alianza País e funda novo partido

Em 16 de janeiro, Rafael Correa anunciou sua desfiliação da Alianza País (AP), partido cuja criação foi liderada por ele, em 2006, e no qual detinha o posto de presidente vitalício desde o término da sua presidên-

cia no Equador (2007-2017). Em meio a sucessivas divergências com o atual mandatário do país, Lenín Moreno, Correa tomou a decisão após a Justiça nacional validar a diretoria do partido designada por Moreno, que serve como seu presidente executivo. A sentença implicou na derrota da tentativa da ala correísta de substituir a instância diretora por membros seus e de expulsar Moreno da agremiação. Em 23 de fevereiro, Correa e seus aliados anunciaram a criação de um novo partido, denominado “Movimiento de la Revolución Alfarista”, em referência a Eloy Alfaro, liderança nacionalista na transição do século XIX para o XX. O partido agora está em fase de registro eleitoral, mas a situação já impacta diretamente no mapa político da Assembleia Nacional, na qual a Alianza País era representada por 74 parlamentares (de um total de 137) desde as eleições do ano passado. Destes, cerca de 46 manifestam a intenção de manterem seu apoio a Moreno, 23 respaldam Correa e cinco se declaram independentes. A governabilidade de Moreno tende a se tornar mais difícil, como já indicam pedidos de partidos menores para que comissões da Assembleia dirigidas por correístas sejam redistribuídas.

Fonte: [El Mercurio](#), 16/01/2018; [El Telégrafo](#), 23/02/2018; [ANDES](#), 02/03/2018.

Tensão diplomática entre Argentina e Bolívia na área da saúde

No mês de fevereiro, a imprensa argentina deu destaque a um impasse que ocorreu entre os dois países. O ponto central da tensão diz respeito à cobrança de cuidados médicos para cidadãos argentinos que vivem na Bolívia. Em outubro de 2017, o embaixador argentino em La Paz solicitou ao governo boliviano a assinatura de um convênio que garantisse atendimento gratuito para os argentinos nos hospitais públicos da Bolívia. Na Argentina, os bolivianos já podem ser atendidos de forma gratuita e, por isso, o governo argentino pediu reciprocidade da Bolívia nessa questão. A resposta do Ministério de Relações Exteriores boliviano foi de que, como o país prioriza o atendimento de pessoas em situação de vulnerabilidade – gestantes, crianças com até cinco anos de idade, pessoas acima dos 60 anos, mulheres que necessitem de atenção em matéria de saúde sexual e reprodutiva, e pessoas com deficiência – a proposta de convênio na área de assistência médica para estrangeiros argentinos não poderia ser aceita. Diante da negativa do governo boliviano, a tensão agravou-se recentemente, quando o ministro de Saúde da província de Jujuy – região do noroeste da Argentina e que faz fronteira com a Bolívia – propôs um projeto de lei

que estabelece que o atendimento a todos os bolivianos em hospitais públicos argentinos passará a ser pago. Os jornais argentinos ainda salientam que a relação entre os presidentes da Argentina e da Bolívia – respectivamente, Mauricio Macri e Evo Morales – tem se tornado cada vez mais distante, sobretudo pela demora de Macri em viabilizar uma reunião bilateral que deveria ter ocorrido em 2017. Dado o impasse, agendou-se uma reunião entre Jorge Faurie, chanceler argentino, e o embaixador da Bolívia em Buenos Aires, Javier Tito Véliz, para encontrar soluções e diminuir a tensão entre os dois países. Apesar disso, a cooperação bilateral na área da saúde não está completamente desestruturada. A imprensa argentina destaca a assinatura de um acordo entre a empresa estatal INVAP e a Agencia Boliviana de Energía Nuclear (ABEN), para a criação de três centros de medicina nuclear na Bolívia que lidarão com a prevenção e tratamento do câncer. O acordo prevê ainda um suporte de todos os Centros Acadêmicos da Comissão Nacional de Energia Atômica (CNEA) da Argentina para capacitar e treinar 90 funcionários bolivianos da área da saúde.

Fontes: [Clarín](#), 16/02/2018; [Clarín](#), 27/02/2018; [Clarín](#), 27/02/2018; [La Nación](#), 28/02/2018; [Clarín](#), 28/02/2018; [Clarín](#), 27/02/2018.

Tensões nas fronteiras no norte da América do Sul

Em 28 de janeiro, um carro-bomba explodiu em frente a um escritório policial na cidade de San Lorenzo, no Equador, próxima à fronteira com a Colômbia, deixando 28 pessoas feridas. As autoridades equatorianas atribuíram o ataque a ex-guerrilheiros das FARC que estariam protegendo rotas de narcotráfico na região, em um tipo de ação jamais antes registrada no Equador. O Departamento de Estado dos Estados Unidos condenou o ocorrido e se prontificou a oferecer ajuda ao governo de Moreno para responder ao ataque. Poucos dias depois, em 14 de fevereiro, Moreno se reuniu com o presidente colombiano, José Manuel Santos, e ambos concordaram em enviar 10 mil soldados para a fronteira, estabelecer um fundo de US\$ 4 milhões para projetos de desenvolvimento na área, com aporte do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), e criar uma plataforma virtual conjunta de controle migratório. Já com respeito à fronteira entre Guiana e Venezuela, o secretário-geral da ONU, António Guterres, declarou, em 31 de janeiro, que a mediação tentada pela organização ao longo do ano de 2017, com respeito à posse de Essequibo, não havia alcançado resultados concretos. O governo guianense anunciou

então que levará o caso para a Corte Internacional de Justiça, porém o governo venezuelano respondeu que não aceitará uma decisão daquele tribunal e que prefere manter o diálogo político. Em visita à Guiana no dia 8 de fevereiro, uma comitiva de três ministros brasileiros – Raul Jungmann, da Defesa; Torquato Jardim, da Justiça; e Sérgio Etchegoyen, do Gabinete de Segurança Institucional – reiterou ao presidente David Granger o apoio do Brasil à posse de Essequibo pela Guiana e solicitou uma revisão do acordo de cooperação militar assinado pelos dois países em 2012. A intenção oficial é fortalecer o Sistema de Vigilância Amazônico na fronteira Guiana-Brasil. Em seguida, a comitiva foi ao Suriname para se encontrar com o presidente Dési Bouterse, ocasião em que o ministro da Defesa brasileiro declarou que a falta de uma solução pacífica para a crise na Venezuela pode desestabilizar toda a região fronteiriça. Estas manifestações ocorreram poucas semanas depois da declaração do secretário de Estado dos Estados Unidos, Rex Tillerson, de que a Doutrina Monroe de 1823 – que, na prática, afirmava a hegemonia norte-americana sobre a América Latina – havia sido um sucesso e mantinha relevância até os dias de hoje.

Fontes: [El Universo](#), 29/01/2018; [El Telégrafo](#), 29/01/2018; [Kaieteur News](#), 31/01/2018; [Estados Unidos](#), 01/02/2018; [Kaieteur News](#), 10/02/2018; [Brasil](#), 10/02/2018; [El Telégrafo](#), 17/02/2018; [El Mercurio](#), 20/02/2018.

Naturalização de Assange causa impasse entre Equador e Reino Unido

Em novembro de 2017, a imprensa equatoriana ventilou rumores sobre a suposta concessão de naturalização a Julian Assange, fundador do site Wikileaks, asilado desde 2010 na embaixada do Equador no Reino Unido. No início de janeiro deste ano, após negar que comentaria o caso, a chancelaria equatoriana confirmou que a naturalização foi concedida, ainda no mês de dezembro de 2017. A notícia repercutiu negativamente entre a oposição, levando Guillermo Lasso a redigir uma carta rechaçando a concessão e cobrando explicações do governo. O governo equatoriano, por sua vez, alega que há temores fundados pela vida de Assange, tendo inclusive solicitado ao governo britânico a concessão do status diplomático para o ativista, solicitação esta que foi negada por Londres. A situação também recebeu a atenção do ex-presidente equatoriano, Rafael Correa, que interpretou como ingênua a expectativa do governo de que o Reino Unido aceitasse o pedido. Ao se pronun-

ciar sobre o caso, o presidente Lenin Moreno afirmou que a situação fora um problema herdado do governo de Correa, para o qual o atual governo buscará solução no curto prazo através da mediação. No fim de janeiro, Assange entrou com um pedido de anulação da ordem de prisão em vigor no Reino Unido, sob argumento de que ela havia perdido seu propósito, tendo em vista o arquivamento, em maio de 2017, do inquérito que respondia na Suécia por alegados crimes sexuais. Após a negativa dada por um juiz britânico, no início de fevereiro, a chanceler equatoriana, Maria Fernanda Espinosa, afirmou que as tentativas para a resolução do impasse através da mediação não prosperaram em razão da indisponibilidade britânica, mas que não perdera a esperança de resolver a situação por meio do diálogo e da cooperação.

Fontes: [El mercurio](#), 11/01/2018; [El mercurio](#), 11/01/2018; [El mercurio](#), 11/01/2018; [El mercurio](#), 26/01/2018; [El comercio](#), 13/02/2018; [El comercio](#), 26/02/2018; [El comercio](#), 23/02/2018.

Jacob Zuma renuncia à presidência da África do Sul

Em 14 de fevereiro de 2018, o presidente da África do Sul, Jacob Zuma, renunciou à presidência da África do Sul em um pronunciamento na TV Estatal. A renúncia de Zuma ocorreu após a decisão do Comitê Executivo de seu próprio partido, o Congresso Nacional Africano (ANC, sigla em inglês), de que, caso o presidente não se afasta-se do cargo, o partido apoiaria o pedido de voto de desconfiança da oposição no Parlamento, criando uma maioria capaz de forçar sua saída. Com a renúncia de Zuma, o vice-presidente da África do Sul e presidente da ANC, Cyril Ramaphosa, assumiu o cargo para completar o mandato que termina em 2019. Ramaphosa havia vencido Nkosazana Dlamini-Zumae, ex-esposa de Zuma, na disputa pela direção máxima da ANC em dezembro de 2017. Na presidência da África do Sul desde 2009, Zuma foi alvo de diversas acusações por corrupção e por usar o Estado para favorecer empresários em concessões públicas, levando o país a uma séria crise política que vinha perturbando o funcionamento do Estado. Em seu pronunciamento de renúncia, afirmou que ninguém havia sido capaz de provar qualquer envolvimento dele com alguma atividade ilegal, que não tinha medo de uma moção de censura ou de um processo de impeachment e que não concordava com a forma como a ANC o forçou a renunciar. Por sua vez, Jacob Zuma disse que aceitava a decisão do partido e de seus compatriotas, que era um membro disciplina-

do da ANC e que este não deveria ficar dividido em seu nome. Em comunicado, a ANC aceitou a renúncia e expressou gratidão pelo serviço leal de Zuma. Além disso, o partido fez um apelo para que os membros do partido apoiassem a assunção do cargo pelo vice-presidente Cyril Ramaphosa.

Fontes: [Valor Econômico](#), 14/02/2018; [Folha de São Paulo](#), 14/02/2018; [G1](#), 14/02/2018; [Sunday Times](#), 14/02/2018; [BBC](#), 15/02/2018.

Novos acordos na agenda de Meio Ambiente

Os meses de janeiro e fevereiro foram marcados pela assinatura de acordos na agenda de meio ambiente. No dia 05 de janeiro, Li Ganjie, ministro chinês do Meio Ambiente, assinou acordo com a Organização das Nações Unidas (ONU) para manutenção de cooperação estratégica objetivando apoiar países em desenvolvimento na implementação de economias sustentáveis, e aumentar a conscientização a respeito das questões ambientais. Em fase anterior da Cooperação entre o país asiático e a ONU, foram concluídos 18 projetos em temas de ecossistemas e biodiversidade, poluição e acordos multilaterais em relação ao uso de produtos químicos. A etapa atual está direcionada, principalmente, a Cooperação Sul-Sul entre países asiáticos e africanos. Em 16 de fevereiro, foi noticiado o lançamento de acordo entre a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO, sigla em inglês). O projeto visa o estabelecimento de normas internacionais para produção agrícola consciente, para isso foram selecionadas 30 empresas a serem engajadas no “Guia de Cadeias Responsáveis de Abastecimento Agrícola”. De acordo com a FAO, essas empresas são fundamentais para implementação dos objetivos de desenvolvimento sustentável. No âmbito bilateral, no dia 02 de fevereiro, foi assinado um termo de cooperação entre a Secretária de Estado e Meio Ambiente do Paraná e a Comitativa Portugal-Brasil Águas & Resíduos na ocasião da visita da Comitativa ao Paraná para identificações de projetos. Com o acordo, busca-se incentivar intercâmbio de tecnologias e eficiência na destinação de resíduos, uma vez que Portugal é referência em gestão ambiental.

Fontes: [ReliefWeb](#), 08/01/2018; [Nações Unidas](#), 09/01/2018; [Agência de Notícias do Paraná](#), 02/02/2018; [FAO](#), 16/02/2018; [Planalto](#), 22/02/2018.

Chile sedia o IV Fórum Global de Empresas pela Igualdade de Gênero

Teve lugar em Santiago, no Chile, o IV Fórum Global “Empresas pela Igualdade de Gênero: O Futuro do Trabalho na Agenda 2030”, durante os dias 27 e 28 de fevereiro. O evento foi organizado pelo Governo do Chile e pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), além de contar com o apoio da Organização Internacional do Trabalho e da ONU Mulheres reuniu representantes de mais de 25 países, contando com a presença de 400 líderes empresariais e representantes de governo, da academia, de sindicatos e da sociedade civil. O IV Fórum Global sobre o tema é desenvolvido no âmbito da iniciativa Sellos de Igualdad de Género en Empresas, em que o PNUD, em parceria com os governos da América Latina e outras regiões do mundo, incluindo África, Ásia-Pacífico e Europa Oriental, desenvolve. Para a organização do evento, o fórum tem como objetivo discutir medidas que o setor privado pode adotar para tornar os ambientes corporativos mais inclusivos, promovendo a igualdade de gênero para a implementação da Agenda 2030 e o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). O fórum se apresenta como espaço no qual se possa fazer avançar práticas inovadoras para reduzir as disparidades de gênero, com ênfase no papel do setor privado.

Fontes: [Planalto](#), 23/02/2018; [ILO](#), 27/02/2018; [ONU Mulheres](#), 27/02/2018; [Business Human Rights](#), 27/02/2018.

Política de presença e de ideias: mulheres acreditam poder fazer a diferença para os grupos minoritários

Em 20 de janeiro, pelo segundo ano consecutivo, ativistas das principais cidades estadunidenses foram às ruas protestar contra o governante Trump e suas políticas administrativas. Críticas em relação às revelações de assédio de homens poderosos, lideradas pelo Movimento “Me too” e pedido para mudanças profundas nos setores político e social fizeram parte da demanda das ativistas. Entre as manifestantes, destacam-se Ashley Bennett, democrata de Nova Jersey; Nancy Pelosi, democrata da Califórnia e a senadora Kirsten Gillibrand, democrata de Nova York. O que essas mulheres têm em comum é a crença de que a liderança feminina pode revolucionar as regras da política, que é dominada pelos homens. Na Rússia, nos dias 16 e 17 de fevereiro, um vídeo homofóbico

e racista foi assistido por milhões de pessoas pelas redes sociais. O vídeo sugere que caso as pessoas não compareçam às eleições, a família tradicional russa teria que “suportar” a convivência com a comunidade LGBT. Ksenia Sobchak, candidata à eleição presidencial e apontada como principal oposição à Putin, condenou o vídeo em suas redes sociais, devido ao incitamento à violência e humilhação dos grupos minoritários, destacando sobre o machismo e o racismo contidos em brincadeiras e piadas. Detalhe interessante desta candidatura está no fato de que Sobchak é filha de Anatoly Sobchak, prefeito de São Petersburgo entre 1991 e 1996, que é considerado mentor e amigo pessoal de Putin, no entanto, diferente de seu pai, afirma que seu governo não será como a “velha política”, devido ao fato de ser mulher. A polêmica em torno do vídeo foi pauta de jornais internacionais, de modo que o New York Daily Times relacionou o acontecido com a tortura vivenciada pela comunidade LGBT na Chechênia no ano passado, demonstrando a recorrência da homofobia na Rússia. O jornal The Guardian citou que jornalistas de oposição ao governo de Putin acreditam que o vídeo tenha sido financiado pelo time de campanha de Putin ou pelo comitê eleitoral controlado pelo governo.

Fontes: [The Guardian](#), 19/02/2018; [The Moscow Times](#), 19/02/2018; [New York Daily News](#), 20/02/2018; [The New York Times](#), 20/01/2018.

Gestão internacional da migração

No mês de janeiro, o Secretário-Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), Antônio Guterres, advertiu sobre a necessidade de gerir os fluxos migratórios atuais. A proposta de uma ação conjunta por parte dos Estados-Membros da Organização foi posta em cheque em razão das rígidas leis migratórias estadunidenses, que vão na contramão da sugestão da adoção de um documento de gestão mundial da migração. De acordo com Guterres, os obstáculos à migração impõem restrições a oportunidades de trabalho, ocasionando danos econômicos desnecessários. Ainda como forma de preparo para os movimentos migratórios maciços previstos para o ano de 2018, a Organização Internacional para Migrações (OIM) e a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) anunciaram, em 24 de janeiro, uma parceria para auxiliar países no desenvolvimento de políticas que alinhem gestão migratória e crescimento no meio rural. As agências ocuparão a presidência do Grupo Mundial sobre Migrações, organismo que aconselhará governos a respeito de estratégias para

deslocamento humano. Estas advertências da ONU se confirmam nos crescentes números de migrantes que têm atravessado fronteiras internacionais. Na América Latina, a principal questão tem sido a dos venezuelanos que, com mais de quatro milhões de pessoas, constitui um dos maiores êxodos da região e um dos mais acelerados da sua história. A magnitude do fenômeno e os desafios que supõe, requerem da solidariedade regional e de respostas conjuntas. Em janeiro, 21 mil venezuelanos tiveram sua condição de migrante formalizada no Peru, por meio da Permissão Temporal de Permanência (PTP, sigla em espanhol). A PTP permite o acesso a emprego formal e o número de Registro Único de Contribuintes (RUC, sigla em espanhol). No dia 10 de janeiro, foi divulgado pelo Comitê Nacional para Refugiados (CONARE) o balanço das solicitações de refúgio no Brasil no ano de 2017. Foram 33.865 pedidos, e os venezuelanos correspondem a mais da metade das solicitações (52,75%). Por esta razão, o governo federal brasileiro, após reunião entre diferentes Ministérios, decidiu, em 30 de janeiro, que será realizado um censo de migrantes venezuelanos, para que seja possível o direcionamento da ajuda ao estado de Roraima, principal porta de entrada de indivíduos desta nacionalidade, e intensificar ações na região. Michel Temer anunciou também o deslocamento da Força Armada para o estado, de modo a realizar maior controle da fronteira, mesmo tendo argumentado que nenhum indivíduo seria impedido de entrar no país.

A preocupação de Ongs, como a Conectas, é de que a situação seja tratada pela via da segurança nacional, ao invés da humanitária. No dia 21 de fevereiro, a ministra de Relações Exteriores da Colômbia, María Ángela Holguín, e o Ministro da Defesa Nacional colombiana, Luis Carlos Villegas, estiveram no Brasil para encontro bilateral que objetivou tratar do recebimento de venezuelanos. O governo colombiano tem limitado o acesso de venezuelanos, o Brasil tem visto o número de ingressantes aumentar, ainda que em muitos casos de passagem para países como Argentina e Peru, que são preferência dos refugiados por razões diversas, dentre elas o idioma.

Fontes: [America TV](#), 05/01/2018; [G1](#), 10/01/2018; [Jornal de Santa Catarina](#), 11/01/2018; [El Tiempo](#), 12/02/2018; [El País](#), 18/02/2018; [Peru 21](#), 18/02/2018; [Nações Unidas](#), 25/01/2018; [Agência Brasil](#), 31/01/2018; [O Globo](#), 21/02/2018.

Israel expulsa migrantes africanos

No dia 02 de janeiro, o governo israelense estabeleceu um prazo de 90 dias para que migrantes africanos deixem o país. Esta medida é resultado do entendimento do governo de Israel de que os eritreus e sudaneses que estão no país, pelo menos desde o começo dos anos 2000, não são refugiados, mas migrantes econômicos. O plano do governo israelense oferece passagem aérea e um pagamento no valor de US\$3,5 mil. Podendo retornar para os países de origem ou países terceiros, aqueles que não tomarem uma decisão até abril de 2018 serão presos. No dia 21 de fevereiro, foram noticiadas as primeiras sete prisões de migrantes que excederam o prazo do governo israelense para decidir. Apesar de não confirmada por representantes do governo israelense, há informações de que os migrantes presos iniciaram greve de fome como forma de protesto. A atuação de Israel tem sido criticada pelo Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), que defende a permanência dos migrantes em território israelense e alerta para o fato de que a Convenção de 1951 está sendo infringida, uma vez que esses indivíduos saíram de seus países de origem por razão de guerra e grave violação dos direitos humanos. Em contrapartida, o ministro de Justiça de Israel, Ayelet Shaked, informou que a maioria dos africanos no país são homens jovens procurando trabalho, e, portanto, “Israel não pode ser o escritório de desemprego da África”. Sobreviventes do holocausto escreveram um manifesto solicitando ao primeiro ministro israelense, Benjamin Netanyahu, que não expulsa 38 mil pessoas que enfrentam sofrimento, tormento e morte. No dia 24 de fevereiro, cerca de 20 mil pessoas foram às ruas de Tel Aviv para protestar contra a medida. Os manifestantes levavam cartazes com slogans como “Todos Somos Humanos” e “Refugiados e Moradores se Recusam a Ser Inimigos”. O governo israelense não divulgou para qual país africano os migrantes estão sendo enviados, mas informou que é considerado pela Organização das Nações Unidas (ONU) o país mais seguro do continente africano. Acredita-se que seja Ruanda, mas há relatos de envio migrantes para Líbia, onde a situação para esta população é de grave violação de direitos humanos.

Fontes: [Folha de S. Paulo](#), 03/01/2018; [The Times of Israel](#), 11/01/2018; [The Guardian](#), 26/01/2018; [Sputniknews](#), 30/01/2018; [Reuters](#), 05/02/2018; [G1](#), 21/02/2018; [Haaretz](#), 24/02/2018.

Violações e avanços na causa LGBTconsagração de direitos de mulheres e LGBT

A Anistia Internacional emitiu um alerta para as graves violações de direitos humanos que a população LGBT está sofrendo na Indonésia. No dia 27 de Janeiro, 12 mulheres trans foram presas, obrigadas a cortarem os cabelos e vestirem roupas masculinas durante o processo de prisão. Usman Hamid, diretor executivo da Anistia Internacional na Indonésia, reforçou que este tratamento é uma forma de constrangimento desumana e degradante. O chefe de polícia local, em seu depoimento, confessou que as mulheres trans foram detidas para participar de um programa de “educação” onde iriam se tornar “homens normais”. Algumas semanas antes, no dia 17 de Janeiro, a polícia prendeu outras seis pessoas trans por participarem de um concurso de beleza. Apesar da relação entre pessoas do mesmo sexo não ser criminalizada no país, em 2017 dois homens foram condenados a receberem oitenta chibatadas por serem gays. Em tempos de retrocessos, uma vitória para a comunidade LGBT. Em uma decisão a favor da garantia de direitos e igualdade, a Corte Interamericana de Direitos Humanos (Corte IDH), determinou que seus países signatários reconheçam os direitos plenos de casais homossexuais e que a mudança de gênero seja permitida em registros civis. A Corte IDH se manifestou em resposta a uma consulta pública, feita em 2016, pela Costa Rica. O país ainda não reconhece o casamento de pessoas do mesmo sexo e, após o pronunciamento da corte, proibiu que notários registrem este tipo de união até que aconteça uma mudança na legislação vigente, que afirma que o casamento é uma união entre um homem e uma mulher. O tema ganhou amplo destaque na corrida presidencial do país, pois o candidato e pregador evangélico Fabricio Alvarado Muñoz, que venceu o primeiro turno, vem liderando uma campanha de forte oposição ao casamento gay. Já seu adversário, do partido governista, Carlos Alvarado Quesada, é abertamente a favor. Assim, o segundo turno, em abril, colocará em disputa políticas progressistas de um lado e de outro uma agenda conversadora, no que diz respeito a temas como diversidade sexual, educação, aborto e direitos reprodutivos.

Fontes: [Anistia Internacional](#), 30/01/2018; [Nexo](#), 07/02/108; [Nações Unidas](#), 12/01/2018; [La Nación](#), 19/01/2018; [La Prensa](#), 20/01/2018. [Estadão](#), 02/02/2018. [La vanguardia](#), 05/02/2018.

Sobre o LATITUDE SUL:

O LATITUDE SUL é uma plataforma de produção e difusão de informações e conhecimento sobre o lugar político, econômico, social e epistemológico do “Sul” nas relações internacionais, congregando, para isso, quatro grupos de pesquisa do CNPq.

latsul.org

